

O «PUZZLE» GEOPOLÍTICO DA REGIÃO ATLÂNTICA ÍBERO-AFRICANA (RAIA)*

Algumas experiências menos bem sucedidas mostram que o Ocidente nem sempre tem prestado a melhor atenção às sensibilidades peculiares e à estabilidade de regiões que têm interesse para a sua segurança global.

Por isso se julga poder ser de alguma utilidade a menção de alguns dos mais importantes dados que possam eventualmente contribuir para um melhor conhecimento do autêntico «quebra-cabeças» geopolítico que a região Atlântica Íbero-Africana (RAIA), constituída pela Península

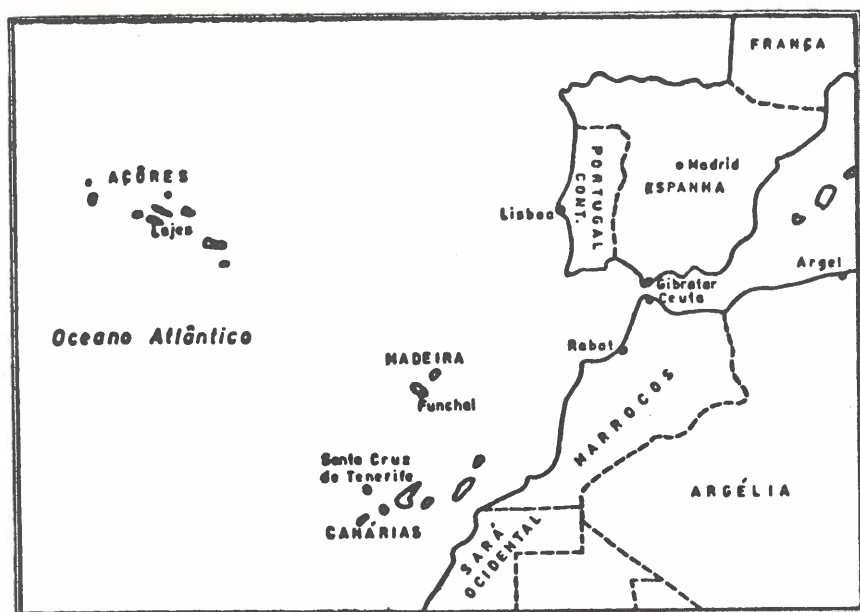


Figura 1

* Artigo reproduzido, com ligeiras alterações, de *A África num Mundo Multipolar*, edição do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa, 1983.

Ibérica, Ilhas Atlânticas adjacentes e Noroeste Africano. As referências apresentadas são necessariamente superficiais, dadas as naturais limitações do trabalho, e inserem-se o mais possível num espírito de informação estratégica.

Enquadramento Global

Uma área onde se verifique instabilidade, seja país ou região, tem tendência a atrair sobre si a atenção e as preocupações das grandes potências ou dos grandes blocos, principalmente se os seus interesses puderem ser afectados pelo que nela se passar.

Em princípio, tal instabilidade poderá resultar de tensões internas — sociais, étnicas, religiosas, ideológicas, autonomistas, etc. — ou de entrechoque de interesses territoriais ou económicos entre países vizinhos. As instabilidades têm também origem em interferências e ingerências externas, exercidas por vezes persistentemente ao longo de séculos. Estas interferências, como se sabe, acontecem quase sempre em países que não têm sido capazes de desenvolver suficiente Poder Nacional para assegurar uma via independente ante apetites estrangeiros pelo usufruto de importantes vantagens económicas e geoestratégicas do seu território.

A conhecida missão messiânica de natureza universalista que a União Soviética se atribuiu a partir da revolução comunista de 1917 — que não pode fazer esquecer ambições expansionistas já anteriormente denunciadas, por exemplo, por Pedro o Grande, que lamentava não dispor a Rússia duma ideologia suficientemente mobilizadora para fazer dela uma grande potência mundial — levou aquele país a reforçar extraordinariamente o seu Poder Militar. Esse reforço visou de início a preservação da celebrada «inexpugnabilidade» do seu território, com o intuito declarado de defender a revolução de eventuais ataques externos, mas tem prosseguido nos últimos anos com propósitos claramente anunciados de contestar a influência dos países ocidentais, onde for preciso, e de alastrar a revolução comunista a todo o Mundo.

Conforme é sobejamente conhecido, a escalada de armamentos iniciada após o final da Segunda Guerra Mundial entre a União Soviética e os EUA atingiu proporções cuja perigosidade terá levado os dirigentes soviéticos a optar de momento por uma estratégia indirecta para atingir os seus fins. Entre os objectivos dessa estratégia conta-se declaradamente a redução da influência e do controle que os países ocidentais têm exercido desde há vários séculos em regiões que apresentam interesse económico e geoestratégico para a manutenção da sua influência. Não surpreende, por conseguinte, que as principais regiões produtoras de hidrocarbonetos e de minérios estratégicos, e bem assim os principais pontos-chaves do globo, de cuja importância foram os portugueses os primeiros a aperceber-se, e de que os ingleses se utilizaram mais tarde com mestria inigualável, estejam actual-

mente convertidos em arenas de intensa luta surda e, por vezes, também violenta. Uma dessas regiões sensíveis é precisamente a RAIA, porque é susceptível de ser utilizada como trampolim intercontinental para projecção de poderio militar, porque possibilita o controle das mais importantes rotas marítimas atlânticas e mediterrânicas da Europa e do próprio Ocidente, e porque nela se encontram o Estreito de Gibraltar e as Ilhas Atlânticas.

Por outro lado, continuando a acentuar-se o distanciamento entre a capacidade de intervenção externa das superpotências e a dos restantes países, acontece que as regiões instáveis com real interesse económico e geoestratégico dificilmente podem evitar ser envolvidas nas pesadas teias da chamada confrontação Leste-Oeste. As próprias tensões internas, e também os conflitos genuínos entre potências menores, fornecem muitas vezes suficientes pretextos e boas oportunidades para a intervenção aberta ou camuflada das superpotências, no âmbito do seu permanente despique mútuo de influências. Invariavelmente, elas ocorrem, ou por iniciativa própria, alegando motivos imperiosos de defesa de interesses vitais ameaçados pela superpotência rival, ou em resposta a desejo expresso pelas próprias partes em litígio, do que resulta que muitos daqueles conflitos e tensões acabem por ser mais ou menos internacionalizados e logo satelitizados pela confrontação-mor. Assim, as próprias discussões do Diálogo Norte-Sul, as disputas e as guerras de libertação, e mesmo as tensões e os conflitos internos de origem separatista ou sócio-económica, particularmente quando surgidos em regiões com elevado interesse económico e geoestratégico, não serão completamente compreendidos se for ignorada a perspectiva da confrontação Leste-Oeste. A citada internacionalização das tensões e dos conflitos também é facilitada, entre outras coisas, pelo pendor internacionalista e universalista que hoje têm as principais correntes ideológicas, partidárias, sindicais, económicas, etc. Um exemplo frisante de satelitização do Diálogo Norte-Sul pela confrontação Leste-Oeste foi o constituído pela curiosa pretensão expressa pelo chefe do regime cubano de levar o Movimento dos Países Não-Alinhados a tomar posições hostis aos EUA e favoráveis à URSS. Outro exemplo, este relacionado com a RAIA, consiste na coincidência de interesses que tem existido entre os chamados países radicais árabes do Norte de África e a URSS, no caso da contestação da influência do Ocidente na costa do Noroeste Africano (susceptível de poder atingir o Estreito de Gibraltar) e do controle das próprias Ilhas Atlânticas, a qual pode muito bem estar a ser posta em prática através de apoio comum que tem vindo a ser prestado à Frente Polisário. O facto de esta possível manobra ter lugar em área exterior à da NATO, se bem que a ela adjacente, e de ser classificada pelos apoiantes daquela Frente como ajuda a uma luta de libertação, concorre para não lhe poder ser atribuída facilmente qualificação de ataque a interesses vitais da Aliança, muito embora possa vir a revelar-se exactamente como tal.

As linhas mestras do que se tem referido nem sequer têm algo

de surpreendente, pois todas as movimentações citadas se processam em clara consonância com as teorias geoestratégicas que mais têm resistido ao tempo. Ou será que não se consegue ver o pensamento de Mahan na política de contenção periférica da URSS conduzida pelos EUA, o aviso e o conselho de Mackinder na impressionante caminhada da URSS para o mar e na constituição da Aliança Atlântica, como resposta, e a predição de Spikman de que nas lutas pelo controle dos pontos-chaves e das regiões periféricas do Terceiro Mundo se resolveria a questão de hegemonia mundial? Idealistas e oportunistas do nosso tempo, de ambos os campos, em estranha sintonia no pretensioso desprezo pelas indicações que podem ser extraídas do comportamento histórico dos povos, parecem ter tendência a não gostar que lhes lembrem aquelas teorias e, bem assim, por exemplo, as intenções claramente expressas há séculos por Pedro o Grande, e também por Catarina II da Rússia. E isso nada tem a ver com a realidade do crescente fosso que se verifica entre os países pobres e ricos, mas apenas com a exploração dessa deplorável situação para fins expansionistas.

Enquadramento Europeu

É sobejamente conhecido que, entre as vulnerabilidades mais acentuadas da Europa Ocidental, avulta a sua dependência externa quanto a hidrocarbonetos, a minérios estratégicos e a outras importantes matérias-primas, acrescida da imprescindibilidade de proceder ao seu transporte por mui longas e expostas rotas marítimas. Como se sabe, as dependências em questão são tão pesadas, que simples acções hostis de qualquer natureza que provoquem condicionamentos ao seu abastecimento quanto a preço ou a continuidade são susceptíveis de causar graves perturbações internas e sérias limitações à liberdade de acção política das maiores potências da Europa Ocidental. Outras importantes vulnerabilidades da Europa Ocidental, com implicações muito sérias na liberdade de acção externa, segurança e independência, residem, como é também suficientemente conhecido, na incapacidade de assegurar a sua defesa militar no teatro europeu com meios autónomos em caso de agressão nuclear ou convencional do Leste, na insuficiente credibilidade de argumentos políticos e militares para influenciar em seu favor o comportamento dos países produtores de hidrocarbonetos e de outras matérias-primas essenciais, e na falta de meios adequados à defesa autónoma das rotas marítimas de que tanto depende. Estas vulnerabilidades, como também não se desconhece, têm hipotecado boa parte da segurança e da liberdade de manobra da Europa Ocidental aos EUA. Foi o marechal Montgomery quem disse que a Europa vive essencialmente do mar, que a sua economia repousa na liberdade das rotas marítimas e que a sua defesa pressupõe o domínio do mar. No entanto, por outro lado, acontece que também a segurança de todo o Ocidente, incluindo a dos EUA, se encontra por sua vez muito

dependente da própria segurança da Europa Ocidental. Isto porque, se a URSS pudesse um dia vir a controlar, ou «finlandizar», todo o Continente Europeu, passaria então a dispor dum somatório de potencial estratégico verdadeiramente imparável. Por isso os EUA, como líder do Ocidente, dado que são de momento o único país ocidental com capacidade militar, e até política, para se opor eficazmente aos desígnios universalistas da URSS, têm realmente que manter-se interessados a fundo nos diversos aspectos da segurança europeia. Isto é, os EUA têm necessidade e obrigação de se envolver em todas as frentes onde a segurança europeia se encontre em jogo, designadamente no chamado Diálogo Norte-Sul, no controle naval e aéreo do Atlântico Norte, na segurança das comunicações marítimas vitais, e na crescente dependência energética de alguns países europeus ocidentais relativamente à URSS.

Para proteger a segurança europeia, a ocidental, e até a própria, os EUA precisam todavia de facilidades para poder projectar ou para poder ameaçar projectar o seu poderio militar, e para poder proceder ao controle do Atlântico Norte e doutros mares, e de pontos focais de navegação frequentados pelos navios ocidentais. Faz inegavelmente parte essencial desta capacidade de projecção de poderio militar para o exterior, e da capacidade de controle naval e aéreo do Atlântico Norte, a possibilidade de acesso dos norte-americanos a potencialidades geoestratégicas da Península Ibérica, das Ilhas Atlânticas adjacentes, e do Noroeste Africano. Por outro lado, parece evidente que seria verdadeiramente desastroso para a Europa e para o Ocidente que uma qualquer das referidas parcelas da região em apreço pudesse um dia vir a poder ser utilizada por potências hostis ao Ocidente. A este respeito, nunca será de mais recordar a importância decisiva de acontecimentos da 2.^a Guerra Mundial, como a utilização dos Açores pelos Aliados, a neutralidade operacional da Península Ibérica e o desembarque norte-americano em Marrocos. O que acontece é que, desde aí, ficou provado o que já se tinha verificado na 1.^a Guerra Mundial, isto é, que a defesa europeia tem obrigatoriamente duas componentes, uma continental, e outra atlântica, sendo esta constituída pela possibilidade de se poder contar com o imprescindível socorro militar norte-americano através do Atlântico Norte. Parece muito importante e oportuno relembrar e salientar estes aspectos realmente decisivos da segurança europeia, particularmente quando um observador mais atlântico tem a sensação de que os seus aliados mais continentais, provavelmente influenciados pela proximidade física da URSS, e fascinados e hipnotizados pela sua crescente pressão militar e psicológica na Frente Leste, parecem querer deixar-se arrastar novamente para uma acanhada filosofia de defesa semelhante à que produziu o conceito da «linha Maginot», esquecendo-se que um eventual ataque do Pacto de Varsóvia naquela Frente, o único que parece quererem considerar, seria possivelmente uma opção das menos indicadas para os soviéticos. Isto porque, por um lado, poderia provocar afinal a destruição da máquina industrial e da economia da Europa Ocidental, o que faria desta um

pesado fardo económico e social para a URSS em vez de um contributo para o acréscimo do seu potencial estratégico. E porque, por outro lado, esse ataque bem poderia desencadear a temível escalada nuclear, para não falar ainda da possível preferência soviética em manter as duas Alemanhas separadas em Blocos opostos. Acontece ainda que um ataque na Frente Leste não seria necessariamente o único processo de pôr a Europa Ocidental de joelhos, pois parece que, para tal se conseguir, poderia afinal bastar cercar-lhe o acesso aos hidrocarbonetos do Médio Oriente e aos minérios da África Austral, ou ameaçar a sua capacidade de controlar os mares para abastecer e para socorrer militarmente a Europa Ocidental a partir do Continente Norte-Americano. Esta última linha de acção, que pode não precisar do disparo de um único tiro para ter êxito, tem a ver, e muito, com o controle da RAIA, particularmente quando a URSS dispõe cada vez mais de meios que lhe permitem crescente número de opções, inclusivamente a utilização do mar, para atingir os seus objectivos.

Quer isto dizer que a região constituída pela Península, Ilhas Atlânticas adjacentes e Noroeste Africano, por muitos ainda considerada apenas como uma mera retaguarda da Europa Ocidental, poderá vir a estar afinal bem no centro da confrontação Leste-Oeste e, provavelmente, numa das suas principais linhas. Se não, que outro significado poderão ter ocorrências simultâneas como as pressões psicológicas, políticas e militares nas Frentes Central e Norte da Europa, alguns movimentos pacifistas em países europeus ocidentais, a tentativa de fixação das preocupações dos EUA na agitação da região das Caraíbas e da América Central, a desestabilização em curso na região petrolífera do Sudoeste Asiático e a simultânea oferta de hidrocarbonetos siberianos à Europa Ocidental, ao mesmo tempo que se verificam erupções de violência na região mineralífera da África Austral e incremento da intensidade e da internacionalização do conflito do Sara Ocidental? De tudo parece lícita a conclusão de poder estar-se provavelmente em presença de uma única manobra coordenada visando isolar a Europa Ocidental do Continente Norte-Americano e, por conseguinte, a «finlandização» final daquela, para cujo êxito poderia ser decisivo o controle de um dos países da RAIA. Por outras palavras, esta «finlandização» poderia realmente constituir a primeira opção da URSS, podendo uma segunda vir a ser, principalmente em caso de iminência de guerra generalizada, uma acção militar visando a neutralização ou a ocupação preventiva ou imediata de pontos vitais da RAIA e doutros pontos essenciais para impedir a passagem de reforços norte-americanos para a Europa. O ataque na Frente Leste poderia só então surgir, se o Ocidente não capitulasse entretanto. Queira aceitar-se, ou não, a verdade é que se trata duma possibilidade que apenas a cegueira dos preconceitos, a considerável força das ideias feitas, e a maior influência económica e política dos países das Frentes Central e Norte da Europa têm conseguido fazer relegar, perigosamente, para plano demasiadamente secundário.

Contexto Regional

Um breve bosquejo histórico relativo à RAIA revela pelo menos duas coisas importantes: a interdependência estratégica dos territórios e a interacção dos povos da Região, as quais transparecem claramente de crises de sobrevivência, hegemonia, segurança e disputa de influência; e a razão de ser de certos comportamentos aparentemente sem sentido, mas que têm realmente origem em traumas, sensibilidades e preconceitos decorrentes de uma História regional muito antiga e agitada.

Como exemplos do referido apontam-se: a invasão da Península Ibérica pelos mouros do Noroeste Africano no século VIII d. C. através do Estreito de Gibraltar, e a sua permanência nela até fins do séc. XV; a descoberta e povoamento das Ilhas dos Açores e da Madeira pelos portugueses; a disputa entre portugueses e espanhóis pela posse das Canárias, decidida por arbitragem papal favoravelmente aos últimos; a ocupação da praça forte de Ceuta pelos portugueses no século XV; a perda transitória da independência de Portugal nos fins do século XVI na sequência de desastrosa tentativa para preservar a sua presença no Noroeste Africano então ameaçada pela expansão do Império Otomano para o Atlântico visando o envolvimento da Europa pelo sul, a que se juntou ainda a perda do controle do seu mar, que atirou o país para uma situação desesperada de cerco estratégico (por terra e por mar) por parte da Espanha; as repetidas surtidas de piratas argelinos contra a navegação, costas e Ilhas portuguesas no Atlântico; a presença da Espanha nas praças norte-africanas de Ceuta e Melilla, ainda hoje, o que lhe permite participar no controle do Estreito, apesar de se encontrar privada de Gibraltar; o papel desempenhado pelas Ilhas Atlânticas em importantes acontecimentos verificados na Península Ibérica, como sejam a resistência dos portugueses da Ilha Terceira, nos Açores, às forças de Filipe II da Espanha durante três anos após a referida ocupação militar do Continente português em 1580, a concentração e a arrancada decisiva do movimento liberal português apoiado por potências estrangeiras no século XIX (também a partir da Ilha Terceira) para o desembarque decisivo no Continente, e o arranque do General Franco a partir das Ilhas Canárias, através do Noroeste Africano e do Estreito de Gibraltar, durante a Guerra Civil de Espanha de 1936-39.

Persistem ainda hoje na RAIA importantes sensibilidades e factores de instabilidade que, no âmbito deste trabalho, importa mencionar.

Em primeiro lugar acontece que os países da Região, recentemente saídos de períodos algo delicados da sua História, ainda ultimam a consolidação de regime democrático autenticamente pluralista.

A Espanha, que ostenta um passado de grandeza, de que se destaca a sua hegemonia política na Europa do século XVI e princípios do XVII, em que inclusivamente submeteu Portugal durante 60 anos (na

sequência da desastrada intervenção lusitana no Noroeste Africano atrás referida) e dividiu com a França o Noroeste Africano, sofre ainda hoje a amputação de Gibraltar do seu território. Este facto, além de ser naturalmente doloroso para o justo orgulho dos espanhóis, retira ao potencial geoestratégico do seu território uma peça do mais alto valor. Verifica-se a existência de um movimento separatista das Ilhas Canárias, com base na Argélia, a cujo mais provável objectivo se aludirá adiante, e de que o eventual êxito não pode ser de forma alguma indiferente ao Ocidente. A Espanha detém o mais desenvolvido e, apesar de tudo, o mais moderno e equilibrado Poder Militar dos países da RAIÁ, de que se destacam a sua força de assalto anfíbio e vertical e, principalmente, a sua importante indústria de defesa.

Para Portugal, pelo facto de se encontrar fisicamente emparedado no extremo ocidental da Europa entre a Espanha e o Atlântico, sempre se lhe impôs, como maneira de garantir a sua independência, o recurso a uma política atlântica que pudesse proporcionar-lhe contrapartida para o seu constrangimento geográfico na Península Ibérica. Essa filosofia de sobrevivência explica em boa parte a tradicional preferência de Portugal por alianças com potências marítimas, a procura de controle de praças fortes no Noroeste Africano, a epopeia dos descobrimentos marítimos, e a presente preocupação com a coesão do seu núcleo territorial (Continente e arquipélagos da Madeira e dos Açores), porque ela constitui uma das bases da «atlanticidade» que diferencia o país de qualquer outra região da Península Ibérica. Já no quadro da Aliança Atlântica, essa mesma filosofia secular manifesta-se no desejo de manter todo o território nacional no Comando Supremo Aliado do Atlântico (SACLANT), uma vez que esse parece ter de ser nos tempos mais próximos o lugar dos arquipélagos no esquema de defesa militar da NATO. Ainda no quadro da NATO, a mesma filosofia arquipelágica transparece da ambição de conseguir a indispensável ajuda para a aquisição de meios navais e de meios aéreos com vocação marítima para preencher minimamente o espaço marítimo e aéreo interterritorial português com meios nacionais. Em face de tal filosofia secular arquipelágica de sobrevivência, poderá entender-se não poderem ser do agrado dos portugueses situações como a da manutenção dos Açores fora do comando NATO da Área Íbero-Atlântica (IBERLANT, onde se encontram inseridos o Continente e a Madeira) e, muito menos, a espécie de reconhecimento de exagerada dose de «atlanticidade» inventada ao território espanhol à custa da inserção forçada do espaço marítimo e aéreo interterritorial português na chamada Zona de Interesse Comum (ZIC) definida no acordo bilateral de defesa EUA-Espanha, a qual curiosamente também não abarca os Açores. De notar que a sensibilidade da questão decorre ainda de o referido acordo ter tido como um dos seus objectivos encontrar uma forma de ir inserindo o país vizinho no esquema de defesa colectiva ocidental. Para além do mais, o mesmo acordo tornou ainda possível uma ajuda militar à Espanha susceptível de ir acentuando a inferioridade aero-naval e a sensação

de cerco estratégico de Portugal em relação ao seu vizinho, mesmo no âmbito da defesa colectiva do Ocidente, apesar de o relativo às Lajes ser reconhecidamente mais importante para os EUA do que o actual território da Espanha pode oferecer (Ver a figura da p. 59).

O reino de Marrocos, recuperada a sua independência política em 1956, após a ocupação de algumas décadas pela França e pela Espanha, sem contudo ter conseguido plena satisfação territorial, defronta-se agora com o que poderá afinal esconder mais uma manobra (das várias a que foi submetido ao longo da sua agitada História de dez séculos), vinda de Oriente para provavelmente alcançar a costa atlântica e o próprio Estreito de Gibraltar. Boa parte das preocupações e dos esforços do país encontram-se por isso voltados para a questão do Sara Ocidental (que envolve também de certo modo a Mauritânia), a qual, dada a sua natureza, parece susceptível de poder atingir também a frente interna. Uma eventual ruptura do regime poderia dar lugar à transformação, não apenas da costa marroquina, mas também da sarauiana e da mauritana, em pontos de apoio para possíveis actuações hostis à navegação ocidental e à actual condição política das Ilhas Atlânticas fronteiras, com consequências sérias de ordem psicológica, e doutras, para a segurança da Europa Ocidental. Como acontece com a Espanha relativamente a Gibraltar, parece natural que, mais tarde ou mais cedo, venha a pôr-se também à consciência e ao orgulho nacional do povo marroquino o problema do estatuto político de Ceuta e Melilla. O Poder Aero-Naval do Reino de Marrocos está ainda muito longe de corresponder aos seus apreciáveis e experientes Poder Terrestre e Aéreo, e muito menos ainda à grande importância da sua fronteira marítima e às vocações africana e atlântica de que se reclama.

Conhecem-se pretensões da Organização para a Unidade Africana, que têm sido principalmente veiculadas pelos países árabes norte-africanos chamados radicais, como a Argélia e a Líbia, reivindicando a alteração da condição política actual das ilhas que constituem o que designa por colar envolvente da África (nomeadamente Canárias, Madeira e até mesmo os Açores) com o objectivo declarado de evitar que possam ser usadas como trampolim para pressionar ou para atacar o Continente Africano, ou mesmo o adjacente Médio Oriente. A concretização de tais pretensões, que não deixariam obviamente de servir também objectivos evidentes do Bloco Leste, pode já ter sido tentada através do malogrado projecto de união política das Ilhas de Cabo Verde à Guiné-Bissau. A sugestão de ligação dos destinos do Sara Ocidental ao das Ilhas Canárias, com base na pequena etnia comum «guanche», tem sido também dada pelo movimento independentista canário, o qual, a partir da sua base na Argélia, tem reclamado a africanidade do arquipélago.

Interesses do Bloco Leste quanto à Região em apreço revelaram-se irrefutavelmente na Guerra Civil de Espanha, e ter-se-ão manifestado mais recentemente em possível apoio à ETA, em alguns dos acontecimentos de 1974 em Portugal, e no apoio a objectivos da Frente Polisá-

rio. A propósito da Guerra Civil de Espanha, parece oportuno referir que altos dirigentes nacionalistas espanhóis, entre eles o próprio General Franco, teriam declarado ter reconhecido que um Portugal independente havia dificultado a comunização de toda a Península Ibérica e contribuído para a vitória final das forças anticomunistas, lição que parece não ser de esquecer em termos da actual confrontação Leste-Oeste.

Os países da Região, dada a importância vital das posições que detêm no âmbito da supracitada confrontação Leste-Oeste, tendem a ser permanentemente envolvidos no jogo das superpotências, e mesmo das grandes potências europeias, quer indirecta, quer directamente. Por outro lado, acontece que nenhum dos seus territórios tem o exclusivo das potencialidades da RAIA, uma vez que cada um deles apresenta alternativas interessantes para os restantes. Assim, as comunicações marítimas necessárias às operações vitais de abastecimento e de socorro militar dirigidas à Europa podem ser interceptadas a partir de mais do que um dos territórios, e qualquer destes pode servir de trampolim intercontinental, em qualquer dos sentidos. O pior, todavia, seria ainda que aquelas potencialidades pudessem um dia vir a estar repartidas pelas duas superpotências, uma vez que isso equivaleria afinal a trazer para a Região a fronteira quente da confrontação Leste-Oeste, com as graves consequências que certamente daí adviriam.

Estes são, em traços muito gerais, alguns dados do «puzzle» geopolítico da RAIA, para o qual conviria que fosse encontrada no Ocidente, na Europa, e na própria Região, uma solução de estabilidade satisfatória, o que se reconhece sem esforço ser extremamente complexo, e exigir de todos os interessados grande discernimento, espírito de justiça, confiança, coragem, prudência e fria perspectiva de futuro.

Não se julgue que se pretende advogar, ou sequer sugerir, a extensão da Aliança Atlântica ao Noroeste Africano, o que se sabe não poder ter aceitação da maioria dos quadrantes, quer aliados, quer adversários. O que se pretende, isso sim, é salientar que a segurança do Ocidente, da Europa e dos próprios países da RAIA tenderá a beneficiar com um clima de confiança e de estabilidade regional. Tal clima necessitaria contudo de assentar primeiro que tudo no reconhecimento da necessidade dum consenso estratégico de segurança, de iniciativa regional, o qual não será contudo viável sem condições, internas e externas, susceptíveis de concitar a adesão consciente e duradoura dos respectivos povos. Só depois poderá ter consciência um adequado relacionamento estratégico dos aliados atlânticos com o Noroeste Africano.

Qualquer solução duradoura para o quebra-cabeças em apreço terá indubitavelmente de obedecer a três condições prévias fundamentais para os países da Região — estabilidade nacional, estabilidade regional e uma correcta inserção de todos na omnipresente confrontação Leste-Oeste, enquanto esta persistir. O sucesso das duas primeiras condições depende certamente do grau de empenhamento dos respecti-

vos políticos na realização devidamente equilibrada dos clássicos objectos fundamentais de Desenvolvimento, Justiça e Segurança. Muito possivelmente, as dificuldades existentes para a realização destes objectivos seriam agravadas em caso de eventual alinhamento político-estratégico que fosse contra-natura dos pontos de vista geográfico, ideológico, cultural ou religioso, em consequência de tensões internas e externas que inevitavelmente surgiriam. Por outro lado, certamente que tão decisivos objectivos não poderiam ser realmente alcançados de forma duradoura fora dum quadro democrático autenticamente pluralista, dado que este, porque contempla a alternância do poder político sem ruptura do regime, garantiria, em princípio, a indispensável persistência das mais importantes opções no plano interno, regional e externo. Outros regimes mais ou menos mascarados e reclamados de democracia já provaram suficientemente a sua credibilidade e ineficácia nesta e noutras Regiões e os riscos de ingerências externas abusivas que as suas inevitáveis rupturas acabam sempre por acarretar. Para além da criação de tais condições básicas, crê-se poderem ser aproveitadas outras já existentes que parecem, em princípio, propícias à promoção dum clima de confiança mútua e de cooperação, designadamente complementaridades económicas e turísticas, e laços comuns históricos, culturais e de sangue. Mesmo no sensível campo religioso, as duas fés em presença têm efectivamente algo de afim quanto a princípios fundamentais, morais e religiosos, e a repúdio de ideologias atéistas. No entanto, é inegável que um possível agravamento da questão de Ceuta e Melilla, porque envolveria directamente dois países da Região, afectaria negativamente a estabilidade desta. Reconhecem-se ainda prováveis dificuldades para minimizar problemas decorrentes de concorrência entre importantes produtos agrícolas dos países da Região.

No concernente ao Ocidente, que tem sido várias vezes surpreendido com explosões adversas, e mesmo hostis, em várias regiões do Globo, tanto espontâneas como fomentadas, crê-se que terá conveniência em conhecer e em ter em devida consideração e respeito as carências, as sensibilidades e os preconceitos específicos da RAIA. O Ocidente não deverá desconhecer que a RAIA seria certamente uma das Regiões onde seria porventura mais desaconselhado pretender promover-se um clima de confiança, de estabilidade e de segurança sem se desistir primeiro de procurar exercer controle externo mais ou menos directo através de exploração de vulnerabilidades dos países regionais, ou mais ou menos indirecto por meio de «gendarmes» ou procuradores regionais privilegiados, que seriam procedimentos menos próprios de autênticos aliados. Efectivamente, o controle externo, mesmo mitigado, de importantes posições da Região, ou o favorecimento de hegemonias regionais, são susceptíveis de promover desconfianças, reavivar ressentimentos e provocar alinhamentos estratégicos reactivos pouco convenientes para o clima de confiança e para a estabilidade da RAIA e, quiçá, para a segurança do Ocidente. Isto porque se trata

de nações com um passado de grandeza e também de dolorosas experiências mútuas de submissão e de disputa de influência que não aconselham tratamento diferenciado de aliados ou de amigos de segunda ordem. Pelo contrário, o que conviria seria antes promover a convicção de que o que está realmente em jogo é mesmo a segurança colectiva. E isto apesar de ninguém na Região ter certamente quaisquer dúvidas de que, no caso de tudo vir a correr um dia mal na Europa, os EUA seriam realmente o último reduto da resistência e a derradeira esperança de recuperação do Ocidente. Para reforçar o que se afirma, bastará não esquecer, por exemplo, para além do que já se referiu quanto aos três países, que Portugal e a Espanha já partilharam entre si o mundo novo que desbravaram (Tratado de Tordesilhas) e abriram um dia o caminho para o conhecimento e para a grandeza doutras regiões, nomeadamente das Américas. Por mais patente que possa ser a presente incapacidade de alguns países da RAIA, outra via que não seja a da ajuda sincera e respeitadora ao desenvolvimento equilibrado do seu poder económico e militar, para fazer deles autênticos aliados de corpo inteiro, não constitui seguramente solução duradoura e que convenha a sistemas de defesa adequados ao espírito do Mundo Ocidental. Por outro lado, a falta de uma suficiente capacidade de defesa militar autónoma de alguns países da RAIA, pela qual é em boa parte responsável uma incipiente indústria de armamento, constitui uma vulnerabilidade importante perante as ameaças típicas da estratégia indirecta. Seja como for, não se duvide que os interesses do Ocidente na RAIA são melhor servidos num clima de confiança e de estabilidade autêntica.

Finalmente, crê-se que a estabilidade da Região Atlântica Íbero-Africana e a prosperidade dos países que a constituem e, sobretudo uma boa imagem de sã, leal e profícua cooperação regional, euro-africana e ocidental, poderiam vir a constituir exemplo e até mesmo atractivo para nações atlânticas e africanas situadas mais a Sul, cujos destinos e segurança individual e colectiva não podem também ser verdadeiramente indiferentes à Europa e ao Ocidente, enquanto persistir a actual confrontação Leste-Oeste. Aqui parece assumir aspecto decisivo o desfecho político do conflito do Sara Ocidental, o qual, a ser eventualmente conseguido por iniciativa de forças hostis ao Ocidente ninguém ignora que acarretaria consequências muito graves para a sua segurança.

Dezembro de 1981